

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Joritânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
política do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranbos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranbos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.



PRIMEIRA VARIAÇÃO

identidade,
movimento e
territorialização



Capítulo 2

Memória, identidade e território dos Arara: uma análise a partir do contexto de identificação da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil

Cloude de Souza Correia

Introdução

Os Arara (Shawãdawa) constituem uma sociedade indígena da família linguística Pano, cujos falantes podem ser encontrados no Peru, na Bolívia e no Brasil. Nesse último país as sociedades indígenas Pano estão situadas no sul e no oeste do estado do Acre, estendendo-se para leste até a parte ocidental de Rondônia e em direção ao norte embrenhando o estado do Amazonas entre os rios Juruá e Javari (RODRIGUES, 1994). Quanto aos Arara, residem atualmente na Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, situada no município de Porto Valter/AC. Os cursos fluviais definidores dos limites dessa terra são o “riozinho” Cruzeiro do Vale, afluente da margem direita do Alto Juruá, o Igarapé Nilo, afluente do Cruzeiro do Vale, e o Igarapé Grande, formador do Rio Valparaíso. Os limites homologados, em 2006, dessa terra indígena são de 87.571 ha, ocupados por uma população aproximada de 319 indivíduos (CORREIA, 2005).

Sendo a história da ocupação espacial dos Arara no Alto Juruá marcada por diversos conflitos interétnicos e intertribais, pretendo abordar o vínculo entre a identidade e o território Arara, mostrando como a memória oral do grupo e a escrita por terceiros sobre eles possuem intersecções que evidenciam a unidade sociocultural dos Arara e sua ocupação espacial. Dessa forma, será evidenciada a importância da memória oral e da escrita na construção da identidade e do território indígena.

Para o proposto, utilizarei informações bibliográficas e documentais, além de dados produzidos em entrevistas com o grupo, quando fui designado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para identificar e delimitar a Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, durante um período de 40 dias.

As implicações de uma “pesquisa” como esta, de curta duração e com direcionamento voltado para o cumprimento de exigências legais a cargo da Funai, acabam por limitar o horizonte de conhecimento do antropólogo sobre o grupo, o que estará refletido neste artigo. Contudo, procuro fazer uma análise dos dados disponíveis e acessados durante este trabalho, sem o intuito de esgotar a problemática concernente à identidade e ao território Arara. Evito, também, incorrer no erro de ajustar os dados às teorias existentes sobre memória e em trabalhar com um “presente etnográfico”, como colocado por Fabian (1983), que congela uma sociedade no tempo da observação, visto estarem os dados historiográficos e etnográficos situados no passado. De acordo com Fabian, um “passado etnográfico” pode ser a forma mais vivida da nossa existência atual. Pessoas, eventos, perplexidades e descobertas encontradas no trabalho de campo podem continuar a ocupar nossos pensamentos durante muitos anos, emergindo nesse processo a consciência antropológica (FABIAN, 1983, p. 93).

Memória oral e escrita na caracterização da identidade e do território Arara

O vínculo existente entre a identidade e o território Arara pode ser percebido tanto na memória oral como na escrita, sendo importante seguir alguns autores que abordam essas formas de memória, como Walter J. Ong e Thomas Abercrombie, para mostrar a relevância do cruzamento destas para entender as distintas fases históricas vivenciadas pelos Arara.

Operando sincronicamente com uma distinção entre *orality* e *literacy*, Ong deixa explícita a importância de uma abordagem diacrônica e histórica para entender sociedades com escrita e sem escrita. Em seu estudo, Ong mostra a passagem da *orality* para a *literacy* entre algumas sociedades, não desconsiderando a existência atual de culturas baseadas no universo da *orality* e outras no da *literacy*. O autor destaca ainda a possibilidade da coexistência da *orality* e da *literacy* em uma mesma cultura. Assim, segundo Ong, *even now hundreds of languages in active use are never written at all: no one has worked out an effective way to write them. The basic orality of language is permanent* (ONG, 1986, p. 7).

Tendo sido os Arara, em um passado anterior ao contato ocorrido no início do século XX, um grupo ágrafo, pode-se dizer que viviam no universo da *orality*. Mas, atualmente, após vários anos de contato, passaram a dominar a linguagem escrita dos conquistadores do Alto Juruá e inserir-se cada vez mais no universo da *literacy*. Entretanto, nem todos os Arara dominam a escrita e a sua cultura ainda é transmitida pela oralidade. Entre as várias mudanças



causadas pelo contato dos Arara com os conquistadores, a memória oral do grupo manteve-se de forma predominante sobre a escrita. Pode-se inferir, portanto, que *the arrival of writing did not automatically displace all other forms of collective memory* (ABERCROMBIE, 1998, p. 17).

Mas, mesmo sendo a memória oral dos Arara a principal fonte de informações históricas sobre o grupo, isso não significa ausência de registros escritos sobre ele. Desde o início do século XX, os Arara são mencionados na historiografia dos brancos que ocuparam o Alto Juruá. Assim, aproximando-se de Abercrombie (1998, p. 11-15), serão exploradas entre os Arara as “formas passadas e presentes de memória social”, operando com a distinção entre “cultura oral e escrita”, mantendo sempre um olhar crítico sobre as fontes historiográficas. Estas, constantemente, referem-se à imposição dos conquistadores sobre os Arara, que introduziram elementos novos na memória do grupo, bem como na alteração dos elementos presentes na identidade e no território Arara.

Não se deve perder de vista que entre os Arara a noção de “memória social” de Abercrombie faz-se notar. Na definição desse autor, memória social refere-se aos modos por meio dos quais as pessoas se constituem, bem como constituem suas formações sociais em ações e interações comunicativas, antes fazendo seu passado do que herdando-o. Assim, é possível entender como um povo constrói sua própria identidade, sua identidade histórica, por meio da formulação e da transformação de sua relação com o passado (ABERCROMBIE, 1998, p. 21-22).

Para compreender o processo de construção da identidade Arara, vinculada ao dinâmico território do grupo, é que a interligação entre as informações da memória oral e escrita vêm a ser complementares. Abercrombie vai além desse ponto e sugere uma complementaridade entre história e etnografia (id. *ibid.*, p. 10), da qual este artigo não se afasta muito. Entretanto, para melhor caracterizar a memória oral e escrita na conformação da identidade e do território Arara, a seguir, será feita uma divisão da história do grupo em fases, próxima à realizada por Aquino, entre os Kaxináwa, e por Eckert entre os mineiros de carvão da França. Eckert aborda essa comunidade de trabalho a partir do “tempo da companhia”, do “tempo da nacionalização” e do “tempo de crise”, observando a continuidade nas descontinuidades históricas (ECKERT, 1993). Aquino, por sua vez, opera com o “tempo das correrias”, o “tempo do cativo” e o “tempo dos direitos” (AQUINO, 1977). Para os Arara, as fases históricas que podem ser percebidas na memória do grupo são aquelas do tempo dos antigos, da seringa e da demarcação. É importante destacar que esses três tempos da história dos Arara são um constructo analítico que permitirá abordar questões referentes à

identidade e ao território do grupo, procurando, assim como Eckert, evidenciar as continuidades presentes nas descontinuidades históricas. Esses tempos não representam rupturas socioculturais, mas assinalam grandes períodos de mudanças na sociedade arara.

Tempo dos antigos

O tempo dos antigos é um período existente na história dos Arara que é anterior à inserção do grupo no sistema produtivo do seringal. Ele compreende a época do contato do grupo com integrantes da sociedade nacional e estende-se até a introdução dos Arara nas atividades de extração do látex para comercialização. Esse tempo é povoado pelos “antigos”, que são ancestrais Arara ainda hoje muito presentes na memória do grupo. Foi no tempo dos antigos que ocorreram diversas “guerras” intertribais, além das “correrias” – atividade de captura e de pacificação dos índios. Vêm desse período muitos dos elementos construtores da identidade e do território Arara, entre eles, as migrações, a organização em aldeia, o parentesco, as pinturas corporais, os adornos, o artesanato e outros. Portanto, neste item procuro destacar as principais referências sobre esse período constantes na historiografia e na memória oral do grupo, ou seja, os antigos, as guerras e as correrias.

Não se descarta aqui a possibilidade de no processo de transmissão da memória os Arara terem manipulado muitas informações ou reinterpretado memórias pessoais após o trauma coletivo causado pelos brancos com as correrias. Como colocado por Kenny, para existir história é preciso que ela seja transmitida pela memória histórica. Essa memória é, portanto, contextual ou parcial e está sujeita a interesses individuais de manipulação e de obscurecimento. Uma possível razão para tal percepção é que a história aborígene (no caso, Arara, indígena) é ela mesma fragmentária por nunca terem sido boas as relações branco/aborígene (branco/indígena). Essas memórias não são recordações de um tempo passado, mas parte do entendimento presente do passado. A história é importante não como recordação de eventos situados no passado, mas como um meio de entender as relações entre o passado e o presente e sua contínua reconstrução (KENNY, 1999, p. 424-426).

Nesse sentido, os principais ancestrais Arara do tempo dos antigos não tiveram seus nomes registrados nas fontes escritas, mas estão fortemente presentes na memória histórica. Geralmente, os nomes dos antigos (dos ancestrais) estão associados às correrias, às guerras ou às migrações do grupo por um vasto território que compreendia regiões situadas no Alto Juruá. Esses nomes mantêm aspectos da identidade do grupo, a partir do parentesco com



os ancestrais, e estabelecem vínculos com o território do grupo. Entre os antigos, figuram nomes como Napoleão Bonaparte (Poyanáwa), Napoleão Pereira (Duwandáwa), Capitão Nogueira (Arara), Joaquim Nogueira (Arara), Tuiú Andehú (Arara), Senhorinha (Arara), Isabel (Arara), Crispim (Jamináwa), Tescon (Kaxináwa ou Jamináwa), Felizardo Siqueira de Lima (“branco”), José Siqueira de Lima (Yawandáwa) e tantos outros. Nem todos são Arara, há entre esses nomes indivíduos de diversas etnias que, devido a casamentos ou guerras intertribais, incorporaram-se na memória Arara.

O nome de Felizardo Siqueira de Lima é especial nesse sentido por tratar-se de um cearense, segundo a memória do grupo, que passou a viver com os índios yawandáwas e Arara no Rio Bajé, tendo, posteriormente, ido para o Rio Jordão apenas com os yawandáwas, tornando-se líder indígena e ascendente de alguns Arara. Segundo um dos seus bisnetos da etnia Arara:

CN - *Felizardo era branco, mas considerado como índio, andava nu, tinha o peito pintado, as orelhas furadas, colocava pena na venta, considerado índio.*

Eu- *Como ele foi encontrado?*

CN - *Era cearense, foi tempo das correrias para pegar os yawandáwas. Ele não conseguiu matar o povo, ele queria amansar. E não amansou mesmo, o povo. O povo era muito, eles matavam muito, mas ele ficou com um grupo de Yawandáwa e amansou, e ficou com as índias e foi criando aqueles mais novos, aqueles mais velhos foram acostumando até que se misturou. Ele morreu no meio das tribos dos yawandáwas, nunca se apartou (Chico Nogueira, 5/3/2000, Cruzeiro do Sul).*

Na historiografia do Alto Juruá, há diversas referências a um cearense com nome parecido, Felizardo Cerqueira, que liderou um grupo indígena na mesma região. De acordo com o padre Tastevan, que percorreu o Alto Juruá no início do século XX, Felizardo Cerqueira foi o pacificador dos Arara, tendo, após esse feito, ido morar com os Kaxináwa do Iboaçú, levando-os para o Alto Envira, onde os ensinou a colher látex (caucho) da *Castilloa elástica* (TASTEVAN, 1926, p. 15). É difícil precisar se o nome Felizardo presente na memória oral dos Arara é o mesmo existente na historiografia do grupo, mas é certo que o Felizardo das fontes escritas esteve em contato com outro “antigo”, conhecido como Tescon.

Tescon também não era Arara, constando na memória do grupo ser ele um índio Jamináwa e líder de um grupo inimigo dos Arara. Nas fontes escritas,

Tescon é apresentado, às vezes, como líder Kaxináwa e em outras como Rununáwa, sendo ele o líder de um grupo indígena composto por diversas etnias e denominado Katukina.

Conforme relato de Felizardo Cerqueira (1886, p. 8), Tescon liderava um grupo composto por índios cobras (Rununáwa) e Arara, sendo estes últimos prisioneiros dos primeiros. Cerqueira afirma também que Tescon era casado com a filha de um tuxaua Arara. O parentesco de Tescon com os Arara é confirmado pela memória oral do grupo:

Um dia, veio o finado Joaquim, que era primo do papai, sabe. Veio passando na casa do finado Tescon. Porque o finado Tescon era casado com a finada Maria, irmã do finado Joaquim. Aí veio. Assim que ele vinha chegando, o cunhado Tescon foi e açoitou a irmã dele, a finada Maria (João Martins, 10/3/2000, Cruzeiro do Sul).

O fato de Tescon ter batido em sua esposa, associado com ameaças dele contra os Arara, levou-os a empreender uma guerra contra o grupo de Tescon, resultando na morte deste. A atribuição do assassinato de Tescon aos Arara é um fato presente não somente na memória do grupo, mas, também, na memória escrita sobre os Arara. Assim, conforme Castello Branco, Tescon foi morto em 1914 numa cilada que lhe prepararam os Arara (Tachináwa). Convidado para uma pescaria em determinado sítio, acedeu, ocasião em que foi morto (CASTELLO BRANCO, 1950, p. 50). Esse autor desconhece o local do combate dos Arara com o grupo liderado por Tescon, o que vem a ser uma informação fortemente presente na memória Arara. De acordo com os Arara, o embate ocorreu no Riozinho da Liberdade, região inserida dentro do antigo território Arara, mas não na atual terra indígena.

No tempo dos antigos, o território Arara ocupava vasta região compreendida entre os rios Forquilha, Liberdade, Gregório, Bajé, Cruzeiro do Vale e Valparaíso. Com as constantes guerras intertribais e com as correrias, grande parte desse território foi reduzida. O impacto das correrias sobre o grupo teve como principais agentes os coronéis Absolon de Souza Moreira e Mâncio Lima. O primeiro era proprietário do seringal Humaitá, local onde grande parte dos antigos residia. Absolon Moreira foi o responsável pela criação e a educação de um dos antigos, o finado Crispim (Jamináwa). Mâncio Lima, por sua vez, também criou e educou um antigo, Agostinho Varela Lima (Poyanáwa), após ter matado seu pai, outro antigo, Napoleão Bonaparte (Poyanáwa). Os dois coronéis contaram nas correrias com o auxílio de um índio que veio a ser um grande líder dos Arara, Napoleão Pereira (Duwandáwa).



Apesar de muitos dos antigos mais memoráveis não serem da etnia Arara, eles foram incorporados ao grupo e auxiliaram no processo de construção da identidade Arara. Percebe-se aqui uma memória socialmente construída por um grupo delimitado no tempo e no espaço, que constrói o seu passado à luz do presente (COSER, 1992, p. 24-25). Nesse sentido, antigos de outras etnias que estiveram em contato com o grupo foram incorporados à história dos Arara. São esses antigos os mais acionados pelos guardiões da memória dos Arara e são eles também pessoas de grande importância no período do contato dos Arara com integrantes da sociedade nacional. A referência a esses antigos reforça a identidade do grupo e visa legitimar a ocupação do território indígena diante de possíveis invasores.

No tempo dos antigos, os costumes indígenas começavam a sofrer alterações com a introdução de elementos trazidos pelos antigos não Arara e pelos patrocinadores das correrias. As atividades produtivas do grupo, calcadas na pesca, na coleta, na agricultura e na caça passaram por mudanças com o início da inserção dos Arara na atividade de extração da borracha. As guerras intertribais começaram a cessar e a mobilidade do grupo sobre o território diminuiu. Os adornos, os artesanatos, os apetrechos para caça, pesca e agricultura passaram a ser substituídos por aqueles utilizados pelos brancos. Sobre o processo de mudanças na sociedade Arara o relato a seguir é bastante ilustrativo.

O primeiro antigo não usava roupa não. Só as tanguinhas. As caboclas velhas. Os homens só usavam a biricica assim na cintura, amarrada. Não tinha vergonha não. Aí o coronel Mâncio amansou, era tudo brabo. Quando vinha os brancos todos corriam no mato. Corria para o mato. Dizia que vinha matar nós. Os carias (branco) vinha matar nós. Tudo corria no mato. Coronel Mâncio, o branco era patrão nesse tempo, o Coronel Mâncio mandou amansar. Ajuntou muita gente mesmo, que ia fazer correria. Ajuntou muita gente aí. Mandou fazer a roupa pra mulher, pro homem, mandou fazer, aí foram. Aí foi esse que tá mais manso. Aí você vai, o pessoal vai mandar pra pegar aquele pra amansar (Joana, 15/2/00, Colocação Santo Antônio).

No tempo dos antigos, os grandes seringais estavam em processo de consolidação e os índios “bravos” eram um impedimento para as atividades produtivas de borracha. Após várias correrias, que permitiram “amansar” os Arara, estes foram aos poucos sendo introduzidos no sistema de barracão, passando a trabalhar para os patrões na extração de látex da *Hevea brasiliensis*. Com o estabelecimento dos seringais e a inserção dos Arara como mão de obra em suas atividades, surge um novo período da história do grupo.

Tempo da seringa

Neste período, poucas são as informações sobre os Arara constantes na historiografia, todavia é o de maior opressão da sociedade nacional sobre os Arara, quando passam por diversas mudanças culturais, sociais e econômicas. Incorporados ao “sistema de barracão”, a organização dos Arara em aldeias é rompida e eles passam a viver em famílias nucleares espalhadas pelas diversas colocações existentes em distintos seringais. As atividades de caça, pesca, agricultura e coleta são sensivelmente reduzidas por causa da grande dedicação ao trabalho de extração da seringa. A dependência do grupo por produtos industrializados aumenta consideravelmente e a aquisição destes ocorre apenas por meio da troca da borracha produzida com os patrões, ou com os “regatões”, ambos detentores do comércio desses produtos. É ainda no tempo da seringa que os Arara começam a abandonar a língua indígena e a ensinar aos filhos apenas o Português, um dos vários reflexos da política de destribalizar e integrar o índio à sociedade nacional.

No tempo da seringa, é possível constatar uma memória subterrânea entre os Arara, como definida por Pollak. Para esse autor, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à memória oficial, no caso, a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4). Sob a opressão da sociedade nacional, os grupos dominados vivem um longo silêncio sobre o passado como uma forma de resistência, e não de esquecimento, diante da impotência de combater os discursos oficiais (id. *ibid.*, p. 5).

Entre os Arara, neste período, predomina o discurso dos patrões e de agentes do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), passando a memória do grupo a viver um período de silêncio, mas resistindo às imposições locais. Aos jovens Arara deste período não foi ensinado a falar a língua indígena, por ser motivo de zombaria entre os seringueiros, mas os jovens aprenderam a compreender o que era falado na Língua Arara. Aos jovens, foi transmitida a história dos antigos, das guerras intertribais e das correrias, informações importantes para a manutenção da identidade do grupo e para o conhecimento do território indígena.

A estratégia dos patrões para introduzir os índios no sistema de produção do seringal seguiu diversas formas. Alguns patrões procuram evitar confrontos diretos com os índios para posterior escravização. No seringal Humaitá, de propriedade de Absolon de Souza Moreira, no início do século XX, hoje dentro



dos limites da terra indígena, os índios receberam um tratamento especial para serem convencidos das “vantagens” de trabalhar no seringal. Conforme Castello Branco, 1961, p. 243:

Absolon destacou-se pela maneira inteligente com que tratou os indígenas aldeados em terras de sua propriedade, não só por meio de atos de tolerância, mas por adotar um sistema de recompensa que os atraía ao trabalho e granjeava sua confiança, sem prendê-los à gleba, dando-lhes toda a liberdade, de maneira que eles, quando se apresentavam, executavam vários serviços, retirando-se para as suas malocas logo que recebiam o pagamento previamente combinado.

Posteriormente divididos em famílias nucleares, a memória do grupo é alterada e passa a operar como lembranças do grupo doméstico, que persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória diferenciada (BOSI, 1987, p. 344). Essas lembranças foram marcadas entre os Arara pelo regimento do seringal. O patrão constituía a autoridade máxima, estando subordinados a ele o gerente e o seringueiro, sendo o trabalho deste último fiscalizado pelo primeiro. Os Arara vieram somar-se à grande massa de seringueiros, em sua maioria cearenses, que chegaram ao atual estado do Acre no fim do século XIX e início do século XX. Toda a produção de seringa era destinada ao patrão, que não pagava pelo produto, visto estar o seringueiro sempre endividado com a compra de produtos industrializados vendidos por aquele. Caso o seringueiro trocasse a borracha produzida com os regatões estaria sujeito a fortes penalidades impostas pelo patrão. As imposições sobre os seringueiros eram as mesmas que pesavam sobre os Arara, mas estes conviviam com o preconceito por serem indígenas. De acordo com um Arara, hoje com 88 anos:

Tinha dia que o patrão não queria vender sal, essas coisas. E a mulher do patrão não queria falar com os caboclos não, caboclo não é gente. Por Deus do céu, era assim. A mulher do Genaro, os caboclos chegavam e ela não ia nem espiar (Joana, 15/2/00, Colocação Santo Antônio).

Entre as várias mudanças ocorridas na sociedade Arara, percebe-se, ainda, a extinção do tuxaua como líder indígena e a prática restrita de diversos rituais. Como consta na historiografia da região, o império do rifle substituiu o tacape do índio (CASTELLO BRANCO, 1961, p. 228). No tempo da seringa, os costumes indígenas foram pouco praticados como a prática de pinturas corporais, a confecção de artesanatos e o ritual do ayahuasca, descrito detalhadamente por diversas fontes historiográficas e pela memória do grupo.



Esse tempo também é marcado por diversas migrações do grupo sobre o antigo território Arara, na época, completamente delimitado pelos seguintes seringais: Valparaíso, Russas, Nilo, Humaitá e Concórdia, para mencionar apenas aqueles atualmente incidentes no interior da terra indígena. No tempo da seringa, os Arara transitavam entre os seringais trabalhando para diferentes patrões:

Na época que tinha os patrão, aí trabalhavam os Arara para um canto, às vezes, ia para o Bajé não dava certo, aí o papai com os patrão achava que não dava certo. Aí ele voltava para cá, para o Cruzeiro do Vale, ia para o Dourado e, é assim, a história é desse jeito se for contar (Chico Nogueira, 5/3/2000, Cruzeiro do Sul).

Mesmo ao longo das crises no preço da borracha, como aquela após a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, os Arara continuaram reféns do seringal e sofreram “igualmente” com as crises. A organização social dos Arara, portanto, foi adequada às exigências das empresas seringalistas, mas mantendo muitos dos aspectos culturais próprios. Assim, as famílias Arara abandonaram a vida em aldeia, baseada na família extensa, e passaram a conviver em famílias nucleares residentes em colocações. O tuxaua indígena foi substituído pelo patrão, as atividades produtivas quase que reduzidas à produção da borracha e diversos costumes passaram a ser pouco praticados, como o ritual do ayahuasca, as pinturas corporais e a dança do mariri.

Os Arara estiveram vinculados a esse modelo social e econômico de produção da borracha desde o início do século XIX até meados da década de 1980, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) delimitou pela primeira vez a Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, com 27.000 ha, desapropriando e indenizando os patrões cujos seringais incidiam nos limites estabelecidos por essa Fundação. Após o estabelecimento dessa área, teve início a migração de diversas famílias espalhadas pelas colocações, com o intuito de residirem na terra indígena, formando novas aldeias, extraírem a borracha, mesmo pouco remunerada, e produzirem farinha para o mercado regional. Essas eram as principais atividades produtivas.

Tempo da demarcação

Após um período de opressão na história dos Arara, com poucas informações historiográficas e com uma memória coletiva calcada principalmente nas lembranças das famílias nucleares, o tempo da demarcação inicia-se e, com ele, novo impulso ao fortalecimento da identidade do grupo.



A memória subterrânea dos Arara permitiu que eles mantivessem-se unidos no período anterior e, no tempo da demarcação, propiciou-lhes a reivindicação do seu território, cumprindo com as duas funções essenciais da memória comum, consideradas por Pollak para manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, que inclui o território (POLLAK, 1989, p. 9). Ainda seguindo Pollak (id. *ibid.*, p. 9), após um período de “silêncio”, podem surgir conjunturas políticas favoráveis que permitem à memória subterrânea passar do não dito à contestação e à reivindicação.

Assim, com uma maior atuação da Funai na região do Juruá, durante a década de 1980, os Arara tiveram conhecimento dos direitos territoriais indígenas. Segundo Chico Varela:

Nem Funai eu nunca tinha ouvido falar também. Lá foi que eu topei com aquele liderança Assis. Ele tava no mercado do pão, sentado, ele disse: txai tu mora adonde txai? – Rapaz eu moro no Riozinho Cruzeiro do Vale. Ele disse: tem muito índio txai? Eu disse: tinha txai, mais agora tem pouco, vieram tudo pro Cruzeiro. Ele disse: por que tu não vem? Eu disse: venho nada. Ele disse: rapaz, vem, vamos morar no meu seringal. Eu nunca tinha visto índio com seringal. Eu disse: o quê? Ele disse: morar no meu seringal, seringal grande. Eu pensei assim: esse caboclo tá mentindo. Me diz uma coisa, quem deu esse seringal pra tu? Ou tu comprou? Conta aí pra mim. Ele disse: rapaz foi o governo que deu. Nós tamo tudo lá, o governo deu pra nós. Tem seringa lá, estamos bem, ninguém mexe (Chico Varela, 29/2/200, Igarapé Grande).

Diante das informações sobre os direitos indígenas, os Arara passaram a organizar-se e a pleitear na Funai a regularização fundiária da terra por eles ocupada. Nesse processo, os Arara apropriaram-se da linguagem escrita, pouco corrente entre o grupo, para enviar diversas correspondências à Funai. Passaram então a operar com o universo da *literacy* com maior intensidade, mas mantiveram-se no universo da *orality* (veja item sobre memória oral e escrita na caracterização da identidade e do território Arara). Para o atendimento das reivindicações indígenas, em 1985, a Funai enviou uma equipe à área para proceder aos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá.

Com a definição da terra indígena e a desapropriação dos donos de seringais, diversos Arara sob o jugo dos padrões preferiram abandonar as colocações para nela residirem com seus parentes, resultando em um novo padrão de residência. O grupo fixou-se, principalmente, próximo aos rios e não mais em áreas de centro, como no auge da produção de seringa. Encontravam-se no início de 2000 organizados em três aldeias – Raimundo do Vale, Boca do Nilo e



Boa Vista. Nessas não se tem uma grande maloca e, sim, um conglomerado de casas cuja maior proximidade está vinculada ao parentesco. Famílias extensas procuram residir em casas próximas habitadas por uma família nuclear formada por um homem, sua esposa e os filhos.

No tempo da demarcação, a chefia indígena por maloca foi substituída pelas lideranças indígenas, no início de 2000, em número de três, uma para cada aldeia. Curiosamente, a liderança da Aldeia Boca do Nilo é um homem branco casado com uma Arara, eleito por votação. Nas duas outras aldeias, a escolha de uma liderança deveu-se às qualificações e às relações políticas dos escolhidos com a sociedade nacional, o que os capacita para adquirir melhorias para a comunidade.

Mesmo com as mudanças na organização social dos Arara, durante o tempo da seringa, eles iniciaram no tempo da demarcação um processo de resgate cultural. O grupo passou a acionar a memória para cada vez mais fortalecer sua identidade e seu conhecimento sobre o território Arara. Percebe-se nesse momento da história dos Arara que eles passaram a operar com uma memória enquadrada em pontos de referência. Além dos discursos acerca de acontecimentos e de grandes personagens, o trabalho de enquadramento levou a objetos materiais. Assim, a memória é guardada em monumentos, museus, bibliotecas etc. (POLLAK, 1989, p. 9-10). No caso dos Arara, a memória enquadrada pode ser notada em sítios arqueológicos, cemitérios, antigas roças, colocações etc., que conformam pontos de referências históricos para o grupo.

Esses pontos de referências no território Arara, somados ao fortalecimento da identidade do grupo, construída principalmente em referência aos antigos, às correrias e às guerras intertribais, permitiram a eles conquistar outras reivindicações, nas áreas de saúde, educação, produção agrícola e transporte. Como resultado dessas reivindicações, foram construídas duas escolas e um posto de saúde. Alguns Arara fizeram cursos e formaram-se como agentes de saúde ou professores bilíngues que prestam serviço para 238 moradores na terra indígena, sendo que 26 deles estão casados com brancos. Na cidade de Cruzeiro do Sul residem 73, sendo 10 casados com brancos. Os casamentos com os brancos e a presença de índios Arara residindo em Cruzeiro do Sul são reflexos do tempo da seringa, tendo a maioria migrado para a cidade devido às condições precárias em que viviam nos seringais.

Dos Arara residentes em Cruzeiro do Sul e os da terra indígena é possível perceber uma distinção entre “memória de” e “memória para”. A primeira situa o retido do passado no passado e a segunda projeta o passado no presente (WOORTMANN, 1995, p. 114). Essa distinção fica evidente quando o grupo



procura acionar os direitos indígenas ou reivindicar melhorias. As informações que em um primeiro momento poderiam ser consideradas uma “memória para” (as guerras, as correrias e os antigos) são acionadas como “memória de” e permitem ao grupo projetar o passado no presente. Quando se fala do passado no processo de reivindicação territorial, por exemplo, procura-se legitimar uma ocupação espacial presente com base nas migrações dos antigos ou nos locais das guerras intertribais. O mesmo ocorre com relação ao ritual do ayahuasca, com a vacina do leite de sapo (usada para tirar a má sorte do caçador), com o mariri (dança indígena) e outros. Procura-se projetar muitos desses costumes realizados pelos antigos para o presente, com o intuito de fortalecer a identidade do grupo.

Com uma identidade mais coesa que no tempo do seringal, os Arara iniciaram na década de 1990 a reivindicação da ampliação da terra indígena ocupada pelo grupo. Naquela década, contando com o apoio de organizações não governamentais e organizado em associação, o grupo conseguiu em 2000 que a Funai ampliasse a terra para uma superfície de 86.700 ha. Conseguiram também vários barcos, motores para fazer farinha, remédios para o posto de saúde, material para as escolas bilíngues e financiamentos para atividades produtivas. Essas conquistas do grupo mostram uma fase de organização política dos Arara bastante distinta do tempo dos antigos e do tempo da seringa. Como mencionado por Lowenthal:

Venerado como una fuente de identidad de la comunidad, apreciado como un recurso precioso y en peligro, el ayer se convirtió en algo cada vez más diferente del hoy (...) El pasado es un país extraño cuyas características están configuradas de acuerdo con las predilecciones actuales (LOWENTHAL, 1998, p. 8).

Considerações finais

Este texto foi organizado com uma estrutura diacrônica – tempo dos antigos, tempo da seringa e tempo da demarcação –, mas não teve a preocupação de ficar restrito a uma cronologia histórica. Trabalhando com três tempos distintos presentes na história dos Arara, procurou-se de forma sincrônica destacar os principais pontos que evidenciam o vínculo existente entre a identidade e o território do grupo, a partir do constante na memória oral dos Arara e na escrita. Entretanto, como colocado por Connerton:

A história oral segue princípios distintos da história escrita, por ter uma forma narrativa própria com diversos pormenores diferentes daqueles das instituições de governo e por não atuar com um tempo linear com essas instituições e, sim,

com uma percepção cíclica do tempo que engloba o dia, a semana, o mês, a estação, o ano, a geração (CONNERTON, 1999, p. 21-23).

Pôde ser percebido que a memória dos Arara e a historiografia referem-se ao tempo dos antigos como um período marcado pelas correrias, pelas guerras intertribais e pela presença dos ancestrais. No tempo da seringá, poucas são as informações historiográficas referentes ao grupo, sendo esse o período de maior opressão da sociedade nacional sobre os Arara, o que gerou várias mudanças na sua organização social. O tempo da demarcação evidencia período de maior consciência política dos Arara, quando passam a reivindicar vários dos direitos indígenas.

No tempo da demarcação, nota-se a inversão no poder local em relação ao tempo dos antigos. Se, como mencionado por Castello Branco (1961), o império do rifle substituiu o tacape indígena, no tempo dos antigos quase o inverso ocorreu no tempo da demarcação, pois o tacape indígena ganhou força política e predominou sobre o rifle. Para essa inversão consolidar-se no tempo da demarcação, os Arara passaram a operar com uma memória detalhada dos acontecimentos ocorridos no tempo dos antigos, sendo que *“diferentes grupos sociales pueden tener memorias destello para diferentes eventos, lo que seguramente apoya la identidad de grupo”* (CONWAY, 1998, p. 72). Essa memória detalhada dos Arara sobre as correrias, as guerras e os antigos permitiu ao grupo fortalecer sua identidade no período da demarcação e reivindicar uma terra indígena.

A identidade Arara vinculada ao território indígena não se aproxima completamente do que ocorre entre outros grupos indígenas, como os Sanumá. Entre estes há categorias residenciais históricas com base local que, por meio do parentesco, fixa na memória coletiva um espaço anteriormente ocupado pelo grupo (RAMOS, 1990, p. 112). No caso dos Arara, há ausência de categorias residenciais históricas, mas o parentesco com os antigos permitiu estabelecer uma ligação entre a identidade do grupo e o território anteriormente ocupado.

É importante frisar que vários elementos propiciadores de uma interligação entre a identidade do grupo e o território, como parentesco, migrações, costumes, guerras intertribais, contato com a sociedade nacional e outros, fazem parte da memória do grupo, que se constituiu neste texto como o principal meio de acessar o vínculo entre identidade e território.

Referências

ABERCROMBIE, T. **Pathways of memory and power**. Madison: The Univ. of Wisconsin Press, 1998.

AQUINO, T. V. de. **Kaxinawá**: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”. 1977. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

BOSI, E. **Lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 1987. Cap. IV.

CASTELLO BRANCO, J. M. B. O gentio acreano. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, abril/jun., 1950.

CASTELLO BRANCO, J. M. B. Povoamento da Acreânia. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 250, jan./mar., 1961.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Introdução: Cap.1. Lisboa: Celta Editora, 1999.

CONWAY, M. A. El Inventario de la experiencia: memória e identidade. In: PÁEZ, D.; VALENCIA, J. F.; PENNEBAKER, J. W.; RIME, B.; JODELET, D. (Org.). **Memorias colectivas de procesos culturales y políticos**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1998. p. 49-82.

CORREIA, C. de S. Arara shawãdawa. In: **ENCICLOPÉDIA dos Povos Indígenas**. 2005. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/shawadawa/shawadawa.shtml>>. Acesso em: 20 de abril de 2007.

COSER, L. Maurice halbwechs on collective memory. In: HALBWACHS, M. **On collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

ECKERT, C. **Memória e identidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Cadernos de Antropologia, 11).

FABIAN, J. **Time and the other**. New York: Columbia University Press, 1983.

KENNY, M. **A place for memory**: the interface between individual and collective history. 1999. (Comparative Studies in Society and History, 41).

LIMA, A. C. de S. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio. Notas sobre o estudo da relação entre Antropologia e Indigenismo no Brasil, 1968-1985. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (Org.). **Indigenismo**

e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998. p. 221-268.

LOWENTHAL, D. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (Org.). **Indigenismo e territorialização:** poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 269-295.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. **Romantismo, negociação política ou aplicação da antropologia:** perspectivas para as perícias sobre terras indígenas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 164-191. (Ensaio em Antropologia Histórica).

OLIVEIRA FILHO, J. P. de; ALMEIDA, A. W. B. de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (Org.). **Indigenismo e territorialização:** poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. p. 69-123.

ONG, W. J. **Orality and literacy:** the technologizing of the word. New York: Methuen, 1986.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, A. R. **Memórias sanumá, espaço e tempo em uma sociedade yanomami**. São Paulo: Marco Zero; Universidade de Brasília, 1990.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras, para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

TASTEVIN, R. P. Le haut-tarauaca. **La Geographie**, v. 45, p. 34-54; p. 158-175, 1926.

WOORTMANN, E. A árvore da memória. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 92, 1995.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

